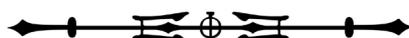


Participação e redes de turismo no estado do Pará: uma breve reflexão

Kassia Suelen da Silva Farias¹
Vânia Lúcia Quadros Nascimento²
Mirleide Chaar Bahia Brasil³



RESUMO

A expansão do turismo no mundo deve-se, sobretudo, ao aumento da informação e da comunicação, que marcam o período técnico-científico-informacional. Assim, compreender o turismo interligado às decisões políticas requer um esforço teórico que elucide as redes em que ele se insere, o contexto político e social no qual as decisões são tomadas, os agentes que se articulam e, por consequência, as ações políticas (ou não) que são desenvolvidas para o turismo. Assim, este artigo objetivou discutir a participação e a constituições de redes nas políticas públicas de turismo do estado do Pará. Para tanto, este estudo teve uma abordagem interdisciplinar, tendo sido realizada pesquisa bibliográfica e documental. Tomou-se como arcabouço analítico a Teoria de Redes de Castells (2005). Os resultados encontrados apontam que as redes de turismo dependem dos ajustes da sociedade às práticas democráticas e, no estado do Pará, ainda que estejam sob as premissas de governança e de participação estabelecidas na Política Nacional, poucos municípios constituíram os instrumentos participativos, como os Conselhos municipais, ainda que isso signifique o não reconhecimento na priorização dos recursos pelo Governo Federal.

Palavras-chave: Turismo. Fronteira. Cooperação internacional. Conexões.

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará. E-mail: kassiasfarias@gmail.com.

2 Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA (2009). Professora Adjunta da UFPA Faculdade de Turismo do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. E-mail: vaniaquadros.ufpa@gmail.com.

3 Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora/Pesquisadora no PPGDSTU/NAEA/UFPA. E-mail:

ABSTRACT

The expansion of tourism in the world is mainly due to the increase in information and communication, which mark the technical-scientific-informational period. Thus, understanding tourism linked to political decisions requires a theoretical effort to elucidate the networks in which it is inserted, the political and social context in which decisions are made, the agents that articulate themselves and, consequently, political actions (or not) that are developed for tourism. Thus, this article aimed to discuss the participation and constitution of networks in public tourism policies in the state of Pará. To this end, this study had an interdisciplinary approach, with bibliographical and documentary research being carried out. Castells Network Theory (2005) was taken as an analytical framework. The results found show that the tourism networks depend on society's adjustments to democratic practices and, in the state of Pará, although they are under the premises of governance and participation established in the National Policy, few municipalities constituted the participatory instruments, such as the Councils municipalities, even if this means the Federal Government does not recognize the prioritization of resources.

Keywords: Public Tourism Policies. Participatory Processes. Networks. Pará.

INTRODUÇÃO

A perspectiva unicamente economicista na discussão sobre turismo continua sendo uma realidade, abordando-o sob um enfoque disciplinar. Isto, posto que ele seja uma atividade majoritariamente econômica, com consequências desde a oferta de serviço até a geração de emprego e renda. No entanto, sua investigação tem sido revista, a se pensar como Pinto *et al.* (2015), a partir de distintas disciplinas, sob olhares e interpretações que consideram, por exemplo, a multiplicidade social estabelecida no turismo.

Nesse contexto, o objetivo do estudo ora relatado foi discutir a participação e a constituições de redes nas políticas públicas de turismo do estado do Pará. Toma-se a importância em destacar a indispensabilidade de compreender as políticas públicas de turismo no referido estado, considerando a complexidade que as caracterizam. Ressalta-se que este artigo consiste em um recorte da dissertação intitulada “Governança do turismo na ilha do Marajó-Pará: uma análise das redes de relações estabelecidas nas políticas públicas de turismo” (FARIAS, 2018).

As políticas públicas de turismo do estado do Pará têm sido objeto de estudo de autores como Nascimento (2015) e Nóbrega (2012). Tais autores as analisam abordando desde os limites e possibilidades de tais políticas, pautadas nos anseios da participação e da criação de mecanismos democráticos, para a promoção do desenvolvimento socioambiental, até a questão dos processos de formulação das mesmas. Ressalta-se que tais enfoques implicam em decisões políticas, não raro, árduas e conflituosas.

É importante ressaltar que os resultados econômicos gerados pela atividade turística no Pará não são excluídos, ao analisá-la sob o enfoque dos processos atinentes às políticas públicas. Porém, a tônica aqui é entender como se dão as interações entre o mercado, as instituições, a sociedade, bem como as práticas sociais, culturais, produção do espaço e a participação dos diversos atores nos processos decisórios que podem gerar repercussões nas políticas públicas de turismo. Assim sendo, entende-se, nesse estudo, o turismo enquanto um fenômeno social, ademais de uma atividade produtiva.

METODOLOGIA

A partir de uma perspectiva interdisciplinar (JANTSCH, 1970), e buscando alcançar o objetivo proposto, realizou-se pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A primeira se considerou estudos que versam sobre Turismo, Políticas Públicas e Participação. Por sua vez, a pesquisa documental utilizou abordagem analítica disposta por Farias Filho e Arruda Filho (2013) e teve como objeto documentos disponíveis nos sítios eletrônicos da Secretaria de Estado de Turismo do Pará (SETUR/PA) e do Ministério do Turismo (MTUR). Com destaque para o Programa de Regionalização do Turismo, o Mapa do Turismo Brasileiro e as atas das reuniões do Fórum Estadual de Turismo do Pará (FOMENTUR).

Para a pesquisa de campo foi utilizado como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas com Secretário de Turismo do Estado do Pará (SETUR-Pa) e Diretora de políticas públicas da SETUR da gestão anterior (até o período de 2018). Para analisar a participação dos diferentes agentes sociais nas Políticas Públicas do estado, realizou-se a observação sistemática na reunião do FOMENTUR, que ocorreu em maio de 2019, contando também com a análise das Atas das reuniões do Fórum de Desenvolvimento Turístico do

Estado do Pará (FOMENTUR), com recorte temporal de 2014 a 2017, todas disponibilizadas no site oficial da SETUR-Pa.

A análise dos dados coletados foi realizada tomando-se como referência o disposto por Bardin (2011) e considerando-se como suporte analítico a Teoria de Sociedade em Redes (CASTELLS, 2005). Isto, posto que tal teoria estabeleça que a sociedade, dita pós-moderna, apresenta uma nova possibilidade no processo de organização social, o qual insere uma multiplicidade de culturas e valores que estão subscritos às especificidades locais, frente à lógica das redes dominantes - homogêneas. Deste modo, segundo Castells (2019), o que caracteriza uma sociedade em rede é a capacidade de comunicação e articulação entre territórios específicos (com identidades próprias herdadas).

IMPLICAÇÕES CRÍTICAS DO TURISMO

Para entender o fenômeno turístico, muitas vertentes de interpretações têm norteado as pesquisas que vão desde abordagens primordialmente econômicas, avaliando-o a partir do volume gerado no mercado (com serviços e negócios), até abordagens de estímulo do desenvolvimento regional. Há, ainda, abordagens antropológicas, sociológicas e mesmo psicossociais, as quais visam compreender esse fenômeno em um aspecto holístico, no qual, os entrelaces sociais (econômica, política, de organização social, simbólica etc.) gerados possam ser observados; e as abordagens geográficas que têm o espaço e as áreas de interesses para o turismo um objeto de estudo. E outras áreas mais, que se apropriam ou se deixam ser apropriadas para entender os fatores interrelacionados com o turismo.

Deste modo, o turismo não pode ser interpretado sob um único enfoque, mas requer uma abordagem diversificada que considere a sua conexão com inúmeras áreas de produção do conhecimento. Isto reforça a atuação do Estado, por meio dos governos que o gerem, para o planejamento da atividade turística, como a criação e/ou manutenção de infraestrutura necessária para o recebimento de turistas, definição de instrumentos legais que orientem o seu desenvolvimento, direcionando para o uso do solo e dos recursos (atrativos turísticos), divulgação e *marketing*.

Nota-se que são poucos os municípios brasileiros que conseguem compreender a atividade como um importante instrumento capaz de, não somente atender as expectativas econômicas, mas, sobretudo, às expectativas das comunidades receptoras. Para Hall (2001), a preocupação e a regulamentação do mercado são fatores essenciais que mobilizam o poder público para direcionar sua atenção ao turismo, seja nas imperfeições produzidas pelo mercado e reverberadas para a sociedade, seja para a organização da atividade, considerando o envolvimento dos setores público, privado e sociedade civil.

Entende-se que, embora seja capaz de gerar um extenso número de fatores positivos, o turismo também ocasiona sérios danos que podem ser em múltiplos aspectos, sociais e ambientais. Deste modo, sua interpretação não deve ser reduzida a qualquer desenvolvimento, mas deve estar calcada na proteção e na valorização das produções sociais, bem como no envolvimento dos moradores para participar do planejamento do turismo. Sobre isso, Jafari (1994, 2005) discorre sobre cinco plataformas que elencam a evolução cronológica do conhecimento em turismo e sua complexidade:

1. A plataforma de defesa: refere-se à interação econômica provocada pelo turismo aos diferentes setores econômicos envolvidos com a atividade. Ressalta, assim os aspectos positivos que o turismo possibilita para as regiões e países.
2. A plataforma de advertência, elaborada com base nos resultados negativos causados pela atividade. Neste momento, começa a ser evidenciada a necessidade de estudos mais criteriosos sobre o turismo, preocupados em solucionar e/ou conter os impactos por ele causados, como a má distribuição dos benefícios econômicos, concentração de lucros nas empresas e grandes corporações; impactos ambientais; mudanças sociais e culturais etc.;
3. A plataforma de adaptação, que se dá como consequência da postura crítica e reflexiva dos estudos sobre o turismo e propõe alternativas de desenvolvimento, novas opções e experiências de viagens, nova postura do setor, do Estado com os aspectos sociais, culturais e ambientais. “[...] esas modalidades giran en torno a las comunidades, emplean recursos locales, son relativamente sencillas de gestionar, no son destructivas, benefician a turista y anfitriones por igual e incluso mejoran la comunicación” (JAFARI, 2005, p. 43). Uma das alternativas que surgiu nesse contexto foi o ecoturismo, o qual propõe maior responsabilidade das empresas e do Estado no planejar, e reforça a inserção das redes de atores relacionados com a atividade, sobretudo a comunidade receptora;
4. A plataforma do conhecimento, que surge na década de 1990 e sugere um esforço teórico e científico na formulação do conhecimento do turismo. Propõe o estudo da própria estrutura do turismo relacionando-o a outras disciplinas em um aspecto multidisciplinar, “[...] examina sus funciones a escala personal, grupal, empresarial, gubernamental y sistémica; identifica los factores que influyen y son influidos por el turismo [...]” (JAFARI, 2005, p. 43);
5. A plataforma do interesse público, que surge em consequência dos acontecimentos mundiais, a exemplo da pandemia causada pelo novo Corona Vírus - Covid 19, o qual mobilizou governos e instituições internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e entre outras instituições internacionais que, em busca de um trabalho articulado do setor público e privado, objetivaram combater a transmissão do vírus no mundo.

O estudo sobre o turismo orienta-se para a ruptura de produções de conhecimento restritos a investigá-lo, somente, enquanto um propulsor do mercado/desenvolvimento econômico. Como se observa, o debate sobre as perspectivas do turismo é extenso, carecendo, não somente de uma nova intitulação, mas, sobretudo de contínuas de rupturas, que dinamize seus entendimentos, reconhecendo que, em cada lugar, existem especificidades, que auxiliam a apreensão dos aspectos políticos, sociais e econômicos, nos quais o turismo se insere.

Para atender aos anseios sociais, as políticas de turismo direcionadas para uma maior participação foram sendo traçadas, em âmbito nacional, desencadeando um esforço crescente para a descentralização das ações políticas de turismo, marcada pela participação das regiões, estados e municípios na elaboração de políticas e, por conseguinte, no planejamento da atividade. Entre as recorrentes investigações, de cunho mais crítico, que têm sido direcionadas para compreender a relação turismo e desenvolvimento, a participação

tem se apresentado como um importante objeto que visa compreender “[...] a organização da arena pública, do campo social que entram em campo os agentes de disputa e a quem interessa certos projetos de turismo e como deve estar circunscrito ao controle social [...]” (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015, p. 16). Nesse ponto, para apreensão do objeto do estudo ora relatado, faz-se necessário elucidar quais os enlaces e perspectivas das políticas públicas, como a participação e a governança.

GOVERNANÇA E REDES: POR UMA NOVA INTERPRETAÇÃO DA SOCIEDADE

A redefinição do Estado e a configuração de uma nova cultura política balizaram a participação, a democratização e a governança no Brasil. Embora se reconheça que isto ainda vem sendo discutido e posto em prática de forma gradual, mas incisivamente nos instrumentos utilizados pelas políticas públicas. Isto no campo social, na cultura, na saúde, na educação, no turismo e entre diversos outros campos que são pensados e articulados (ou que deveriam ser) com a participação cidadã.

Diversos fatores contribuíram para a exaustão do modelo tradicional de Estado, como a crise no âmbito mundial que forçou os países periféricos a redirecionarem a sua agenda pública e, assim, enquadrarem-se aos preceitos de uma nova ordem econômica global. Questões internas também foram decisivas, nesse contexto, como a crise fiscal, “cujo aprofundamento colocou em xeque o padrão de financiamento da matriz protecionista e autárquica que [...] transformou o Brasil num país urbano-industrial” (DINIZ, 1996, p. 7); questões relacionadas aos conflitos distributivos; além da relação entre Estado, sociedade e capital-trabalho, sendo que cada uma dessas questões, como destaca Diniz (1996), surgem em contextos variados.

Habermas (2001) compreende que a sintonização do Estado nacional aos interesses mundiais (ainda que em um ambiente globalizado) pressupõe, necessariamente, o aprendizado da consciência local, da integração da solidariedade cosmopolita, cuja sociedade civil conscientiza e materializa seus interesses frente às relações internacionais. Sobre isto Habermas (2001, p. 112) elucida que “Só poderemos enfrentar de modo razoável os desafios da globalização se conseguirmos desenvolver na sociedade novas formas de autocondução democrática dentro da constelação pós-nacional”. Nessa compreensão o desenvolvimento da democracia e participação são elementos decisórios para enfrentar os desafios impostos pela globalização.

Na Amazônia, as transformações ocorridas, desde o período de colonização, têm sido atualizadas, em face a um novo discurso ideológico de colonização (reformulado) realizado por grandes corporações multinacionais, que se apropriam de terras e de recursos para responder à competitividade global. Sobre a relação do Estado com a região, o que se tem demonstrado é, ainda, uma profunda postura tecnocrática e autoritária, fazendo-se muito mais presente na construção de grandes obras e infraestruturas que garantem a contínua produção de bens por grandes empresas, do que com políticas sociais e ambientais para a contenção de impactos. Os efeitos desse desequilíbrio não são, de acordo com Castro (2010), somente na exploração econômica, mas, principalmente, nos aspectos simbólicos que transcorrem dessa relação Estado – Mercado.

Como observa Nogueira (2011), a redução do tamanho do Estado, mediante a política de privatização, o avanço dos mercados mundiais e as competições capitalistas exigiram maior

organização político-estratégica da sociedade. A qual está refletida na criação de arranjos institucionais, o incremento da governança nas políticas públicas e no fortalecimento da instituição pública para maior governabilidade.

Conceitualmente, a governança é híbrida, pois articula em sua estrutura as relações entre as organizações públicas e suas instituições, por um lado, e as organizações do poder privado, bem como diferentes agentes sociais que integram a sociedade civil (organizadas ou não). Por outro lado, o termo *governance* ou, como é utilizado nesse trabalho, governança refere-se:

[...] à capacidade governativa no sentido amplo, envolvendo a capacidade de ação estatal na implementação das políticas e na consecução das metas coletivas. Refere-se ao conjunto dos mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade, o que implica expandir e aperfeiçoar os meios de interlocução e de administração do jogo de interesses. As novas condições internacionais e a complexidade crescente da ordem social pressupõem um Estado dotado de maior flexibilidade, capaz de descentralizar funções, transferir responsabilidades e alargar, ao invés de restringir, o universo dos atores participantes, sem abrir mão dos instrumentos de controle e supervisão (DINIZ, 1996, p. 13).

Em outro sentido, objetiva superar a dicotomia de interesses entre Estado-mercado-sociedade, a partir de novos arranjos institucionais que estimulem a criação de oportunidade de atuação de diferentes agentes num processo de condução descentralizado e participativo, de agregação e de articulação de interesses, tais como partidos políticos e grupos de pressão, como também rede “[...] sociais informais (de fornecedores, famílias, gerentes), hierarquias e associações de diversos tipos” (DINIZ, 1996, p. 14).

Nota-se que a preocupação com a participação tem relação com a lógica simbólica de cada ator social, sejam ela individuais ou coletivas, e esses processos se afinam aos preceitos das redes. Schneider (2005) aponta três fatores que foram essenciais para o surgimento das redes: 1) a mobilização coletiva em torno da maior eficácia das implementações das políticas; 2) a dinâmica dos estudos das ciências sociais; e 3) o surgimento dos novos processos tecnológicos e de conhecimento. O que possibilita articular os conceitos de redes e participação.

Por sua vez, Castells (2005) considera alguns fatores-chave para a sociedade em rede, a saber:

- 1) A reforma do Estado, a qual deve considerar a ampliação das tecnologias para melhor comunicação nos que estão envolvidos nessa rede, dando subsídios para o funcionamento da e-governança, que está calcada na participação dos cidadãos nas tomadas de decisão política que se realiza no âmbito da política, adaptados aos valores e preceitos da sociedade;
- 2) A reconversão total do sistema educativo, a qual faz referência à inovação do ser humano enquanto um ente social. Neste fator, a política educacional é central, pois focaliza a ideia de “aprender a aprender, ao longo da vida, e prepara para estimular a criatividade e a inovação, de forma a – e com o objetivo de – aplicar esta capacidade de aprendizagem a todos os domínios da vida social e profissional” (CASTELLS, 2005, p. 28);
- 3) O estímulo à criatividade e às inovações, que também ganha relevância nesse processo de mudança social nas sociedades, devendo, para tanto, ser livre, a exemplo de softwares, para que a dinamização da criatividade se processe numa sociedade em rede, acrescentando melhor eficiência à produção.

Cardoso (2005) observa que os fatores endógenos de cada sociedade podem explicar as diferenças relacionadas à utilização e socialização da tecnologia. E que o rendimento e a educação têm uma real relevância para compreender a sociedade de modo completo. O envolvimento social também ganha destaque e faz referência ao que Castells (2005) denomina de e-governança, que, nas decisões políticas, tem uma relação direta com o grau de confiança da sociedade em relação aos políticos, sendo traçados em um contexto histórico local.

Tal compreensão merece a referência da pesquisa realizada por Putnam (1995), o qual evidencia que o acúmulo de riqueza e o desenvolvimento econômico não conseguem explicar, por si só, a diferença do desempenho de um governo que tem em sua base a participação cívica e outro que não a tem. Putnam (1995) destaca ainda quatro indicadores de uma sociedade cívica: 1) confiança; 2) associações civis; 3) leitores de jornais, que acompanham com interesse os assuntos cívicos; e 4) Envolvimento na política para além dos processos eleitorais.

Assim sendo, a multiplicidade de atores sociais envolvidos no processo político decisório, seja na formulação, na execução ou no controle de ações públicas, sinaliza para o florescimento de uma sociedade policêntrica, que privilegia a diversidade e o diálogo. Isso implica, a se pensar consoante a Fleury (2002), na produção de confiança, facilitando a comunicação, a negociação e a construção de acordos que contemplem diversos interesses. A sociedade em rede manifesta-se, portanto, como um paradigma à emergência das transformações estruturais ocorridas e difundidas em nível global, sobretudo a partir da década de 1960, quando processos desiguais tomaram uma proporção maior em todo o mundo.

Essa compreensão de sociedade em rede enfoca não somente questões inerentes ao processo de inovações tecnológicas, como as redes de *internet*, tão presentes na sociedade moderna. Mas, também, a difusão de redes em todos os aspectos, modificando-se conforme questões sociais, institucionais e o contexto histórico de cada lugar. Por conseguinte,

A questão é reconhecer os contornos do nosso novo terreno histórico, ou seja, o mundo em que vivemos. Só então será possível identificar os meios através dos quais, sociedades específicas em contextos específicos, pode atingir seus objetivos e realizar seus valores, fazendo uso das novas oportunidades geradas mais extraordinária revolução tecnológica da humanidade, que é capaz de mostrar as nossas capacidades de comunicação, que permite a alteração dos nossos códigos de vida, que fornece as ferramentas para realmente controlarmos as nossas próprias condições, com todo o seu papel destrutivo e toda as implicações da sua capacidade criativa (CASTELLS, 2005, p. 19).

Por não estarem restritas às percepções tecnológicas, as sociedades em rede dependem, necessariamente, do modo como essas tecnologias são apreendidas e dinamizadas nas estruturas da sociedade. Há deste modo, a necessidade da “interação sinérgica entre descoberta tecnológica e evolução social” (CASTELLS, 2019, p.36). Por isso, é mister o entendimento das suas especificidades enquanto organização social, que se subscreve, no que Haesbaert (2019) enuncia de ação, ritmo e movimento característico de cada território. Sob esse entendimento, a rede se configura em um dos elementos do território, pois não deve ser compreendida como “um todo homogêneo e a-histórico” por ser “constituída de elementos que se diferenciam ao longo do tempo” (HAESBAERT, 2019, p. 293).

Entre as descobertas tecnológicas, a difusão da *internet* foi uma das mais importantes para a sociedade e sua rápida difusão se deve, entre outros fatores, “às grandes mudanças no comportamento cultural e individual” (CASTELLS, 2019, p. 37). A contínua difusão de informação e a conexão de lugares, antes isolados, promoveu, sem dúvida, a “reconstrução das relações

sociais” (CASTELLS, 2019, p. 37), associadas aos valores e às implicações simbólicas aos quais cada cultura está engendrada. Conforme Castells (2019), a sociedade em rede produziu um processo, individualização, que não faz referência ao isolamento, tampouco a exclusão da comunidade, mas é um produto das novas formas de organização social, política e econômica.

Entende-se, também, que a utilização da tecnologia pode ser um instrumento valioso para a manutenção de formas tradicionais, as quais impactam na autonomia social. Nesse ponto, Castells (2005) ressalva que nada vale uma tecnologia de ponta, sem, contudo, estar pautada em uma sociedade com organização capaz de desenvolver-se para além dos aspectos tecnológicos, isto é, que consiga estabelecer canais de comunicação seguros. Neste caso, as mídias são consideradas importantes mobilizadores dessas comunicações “para construir uma hegemonia política ou uma contra-hegemonia – e não somente durante as campanhas eleitorais” (CASTELLS, 2005, p. 25).

A autonomia instaurada no processo de comunicação é reflexo das condições culturais e institucionais que reforçam, em níveis e modos diferentes, a horizontalidade da comunicação. Isto é, existem mecanismos estratégicos que podem diminuir ou aumentar o compartilhamento das informações.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As principais questões que precisam ser enfatizadas nas Políticas de Turismo são a efetiva participação das comunidades no planejamento e na gestão das atividades turísticas, de forma que o seu desenvolvimento se processe em harmonia com o meio ambiente (AZEVEDO et al., 2013). A reformulação dos arranjos institucionais, neste caso, surge como uma possibilidade de promover maior participação da cadeia produtiva de turismo, garantindo, de tal modo, maior governança.

Com a criação do Ministério do Turismo (MTUR), em 2003, o Governo Federal passou a preconizar a regionalização como estratégia fundamental para o desenvolvimento turístico no território nacional. Assim sendo, criou, em 2004, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) – Roteiros do Brasil, também incorporado à Política Nacional de Turismo (PNT), de 2007. Tal Programa segue os moldes da descentralização desenvolvidos, no final da década de 1990, pelo Programa Nacional de Municipalização de Turismo (PNMT).

A recuperação das concepções de planejamento, ainda na década de 1990, foi valiosa para o amadurecimento do processo de descentralização e propagação das questões que fazem referência à participação da sociedade civil, frente às decisões políticas. E, no que se refere ao envolvimento dos diversos atores da cadeia produtiva do turismo de maneira participativa, alguns estudos (NÓBREGA, 2012, FARIAS; FIGUEIREDO, 2015) destacam que é uma prática que ainda apresenta distorções, pois, vivencia-se na sociedade brasileira decisões públicas ainda enraizadas em uma história de práticas extremamente centralizadoras, marcadas por processos de dominação (político-econômico e sociais) e conflitos sociais. Assim, o exercício da cidadania e da participação no Brasil é um grande desafio que tem sido conquistado a passos gradativos.

Por se tratar da efetivação da proposta do PRT, o MTUR reconheceu que um dos maiores obstáculos está na criação de bases para a sua implementação, o que incide na “proposta de mudança de cultura política e administrativa no Brasil” (BRASIL, 2010, p. 42), como a tentativa de mobilizar a mudança no âmbito social, isto é, despertar a autonomia da

sociedade para o interesse público. Isso torna imprescindível a criação de técnicas de governo e de planejamento capazes de compreender a complexidade do sistema social, as quais possibilitem o fortalecimento do protagonismo social nas tomadas de decisões (MATUS, 1989). Assim como também na criação de redes.

A criação das instâncias de governança, como o Fórum Estadual de Turismo do Pará (FOMENTUR), trouxe, de certo modo, maior aproximação com a política traçada para o país. As parcerias dos sujeitos sociais entre regiões, municípios e comunidades tornaram-se diretrizes para a ampliação da participação nos momentos decisórios do planejamento e gestão do turismo.

Criado em 2003, o FOMENTUR é um “órgão colegiado consultivo propositivo e mobilizador, vinculado diretamente ao Diretor Presidente - PARATUR e destinado a participar interativamente da implementação da Política Estadual de Desenvolvimento do Turismo” (PARÁ, 2003, p. 1). Após a criação do Sistema Estadual de Gestão de Turismo (SEGETUR), em 2011, o Fórum passou a ser presidido pelo Secretário de Estado de Turismo, com reuniões sendo realizadas, no mínimo, uma vez por ano, com a finalidade de “[...] auxiliar o titular do órgão executivo estadual na formulação da Política Estadual de Turismo e do Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará, bem como dos programas, projetos e atividades deles derivados” (PARÁ, 2003, p. 3).

Sobre a importância das instâncias de governança e da estruturação turística dos municípios do estado do Pará, apresentada em 2016 na reunião do FOMENTUR, compreendia-se que:

[...] o FOMENTUR, é o fórum máximo de turismo [...] é o colegiado máximo que conduz as políticas do turismo no Governo do Estado do Pará. Em seguida falou sobre os interlocutores, que trabalham junto à SETUR e Ministério do Turismo, e a partir daí começa a trabalhar na rede Nacional de Gestão de Turismo, que é assim que está formatada a política Nacional de Turismo, a Política Estadual de Turismo [...] que nas regiões, é feita através de eleições, que a implementação das instâncias de governança, são os conselhos municipais e regionais, que a secretaria dará suporte para esses municípios, para que eles criem os conselhos municipais, a inventariação turística, plano de desenvolvimento turístico por município, e ter recursos destinados no PPA [...]. Em seguida, o Presidente disse que o assunto é de extrema importância, que o fórum está acompanhando, que é um tema que faz parte do processo de organização, da participação não apenas só da gestão pública principal, mas também numa concepção do turismo como atividade econômica nos municípios, [...] (Trecho da ata da 83ª Reunião Ordinária ocorrida em 29 de fevereiro de 2016).

Compreende-se que a criação do Fórum de turismo no Estado do Pará foi significativa para a ampliação dos debates entre diferentes arenas políticas. Gohn (2004) enfatiza que a instância de governança detém a capacidade de tornar público as ações, bem como subsidia a criação de estratégias para solução de problemas, sendo a qualidade da participação mensurada pelo grau de informação de seus participantes.

Ao longo da implementação da regionalização, observa-se que os objetivos do PRT foram paulatinamente sendo modificados. E reafirmam a importância dos municípios e da sua organização no desenvolvimento do turismo no país, sobretudo, com a criação e implementação das instâncias de governança nos municípios e regiões.

No entanto, as reuniões do FOMENTUR, até o presente momento, estiveram muito mais afinadas a concepções econômicas da atividade, não sendo possível evidenciar nas atas de suas reuniões, disponibilizadas até 2017 no site oficial da Secretaria Estadual de Turismo do

Pará, o (re)conhecimento de instituições de representação da sociedade civil como uma possibilidade de mudança social ou de uma rede ampla de turismo, o que pode ser observado no trecho de ata transcrito a seguir:

[...] Coordenador de Planejamento e Políticas para o Turismo - DPOT/SETUR [...] disse que o Ministério do Turismo considera que existem três ofertas na atividade do turismo, que a oferta principal, é aquele município que tem atrativo de grande porte e que movimentavam grandes fluxos turísticos [...]. Disse que dentro dessa lógica, consideram que qualquer município pode ser turístico, desde que esse município se insira na economia do turismo dentro da cadeia produtiva da atividade turística. Disse que essa é a lógica do Ministério do Turismo e que o Estado do Pará, segue essa lógica da atividade turística quanto atividade econômica [...]. Disse que todas as conferências foram interessantes, que os municípios passaram a se enxergar como municípios turísticos e começam a vislumbrar que é uma oportunidade, que a maioria dos municípios vivem de repasse Federal [...] é de fundamental importância que os Prefeitos entenderem esse processo, e comecem a trabalhar, principalmente os municípios que tem pouca arrecadação (Trecho da ata da 83ª Reunião Ordinária ocorrida em 29 de fevereiro de 2016).

Cabe destacar que, além da responsabilização dos municípios para o desenvolvimento do turismo e da importância dada para a criação de canais de governança, existem outros fatores que repercutem, de maneira decisória, no repasse de verbas para o desenvolvimento da atividade. Cita-se como um deles as influências políticos/partidárias. As quais, não raro, se sobrepõe aos critérios técnicos, o que dificulta e descaracteriza o planejamento e gestão da atividade pautado na viabilidade técnica

Entre as estratégias de atuação do Programa de Regionalização está o ordenamento regional. Atualizado, até 2017, anualmente e, publicado nas edições do Mapa de Regionalização, o número de regiões turísticas tem aumentado a cada ano. O primeiro Mapa foi organizado em 2004, com edições em 2006, 2009, 2013, 2016, 2017 e, o mais recente, em 2019. Essa estratégia de ordenamento tem orientado a atuação e o direcionamento de ações do Governo Federal nos municípios brasileiros, utilizando a metodologia de análise de *cluster*, que considera sua relação direta e evidente com a economia do turismo.

Além disso, considera a importância de articulação entre a iniciativa pública, privada e sociedade civil organizada. Atualmente, o mapa da regionalização tem sido pautado pela categorização dos municípios em cinco diferentes categorias, definidas como A, B, C, D e E. É definida enquanto “a área – o recorte territorial – a ser trabalhada prioritariamente pelo MTur e pelo Sistema Nacional de Turismo” (BRASIL, 2019a, p. 12). Assim, o mapa de turismo é um instrumento do PRT que busca traçar estratégias para a elaboração e implementação das políticas públicas de turismo, isto é, para a tomada de decisões da gestão pública, a partir do agrupamento dos municípios, conforme melhor destaque no que se refere à estruturação e oferta de serviços turísticos.

Sob esse prisma, considerou-se as seguintes variáveis para a definição de categorias dos municípios que integram o Mapa de Regionalização: a) número de estabelecimentos do setor de hospedagem; b) quantidade de empregos gerados no setor de hospedagem; c) avaliação da quantidade de turistas, a partir do Estudo de Demanda Doméstica; d) avaliação da quantidade de turistas, a partir do Estudo de Demanda Internacional e na Portaria de 2019 foi acrescido outra variável, e) Arrecadação de Impostos Federais a partir dos Meios de Hospedagem (BRASIL, 2019b). Como se observa, essas variáveis condensam, principalmente, as informações sobre o desempenho econômico do turismo nos municípios.

Desde a sua criação, as estratégias de ordenamento têm tomado grande importância para o planejamento do turismo nos estados e municípios. Isto por considerar o mapa turístico um dos principais mecanismos para a inclusão na Política Nacional de Turismo, como enfatizou a diretora de políticas públicas da SETUR da gestão anterior (até 2018) ao apontar que

[...] o nosso discurso em relações a esses destinos é que eles precisam começar se organizar. Você precisa ser formal, senão eu não te enxergo. A categorização do ministério vai de A a E, ela é feita em quatro fatores: meio hospedagem formal, emprego gerado por meio da hospedagem, a pesquisa de demanda nacional e internacional, mas isso aqui é o maior peso, a pesquisa é só um detalhe, mas o maior peso está aqui. Então assim, o local que não tem um hotel cadastrado, quantos empregos gera no turismo, aí o Ministério vai lá e te joga pra letra E. Letra E, dentro da política nacional, com a letra E, não tem direito de verba de divulgação, promoção, só tem direito para infraestrutura, vou primeiro analisar se tem gente mais estruturado para poder olhar para letra E (informação verbal, em entrevista concedida em 2018).

A importância da descentralização foi evidenciada desde o PNMT e, no Pará, culminou na elaboração do primeiro Plano de Desenvolvimento de Turismo do Pará. E está, portanto, adequada aos novos preceitos estabelecidos em âmbito federal, como a criação das instâncias de governanças regionais. Sobre isso, o antigo Secretário de Estado de Turismo, que na época de sua gestão participou do processo de criação dos Fóruns estaduais e municipais de turismo, relatou que

[...] nessa oportunidade também, o então recém-criado Ministério do Turismo trabalhava o seu planejamento nacional e nós procuramos ter esse link com o planejamento nacional. Como parte da estratégia nacional o Ministério do turismo a implantação pelos estados de um Fórum Estadual, que por sua vez estaria devidamente sintonizado com um Conselho Nacional de Turismo. Então esse sentido de espírito de governança nasceu no ano de 2003, através de um decreto que o então governador de então Simão Jatene assinou, instituindo o Fórum Estadual de Turismo. E, a partir daí então nós contamos com esse instrumento que funciona como uma instância de governança, sob a ótica do planejamento geográfico estado que contempla meia dúzia de polos turísticos: o Polo Belém; o Polo Amazônia Atlântica; o Polo Araguaia Tocantins; o Polo Xingu, o Polo Tapajós e o Polo Marajó. Então esse é um pouco do processo de evolução (informação verbal, em entrevista concedida em 2018).

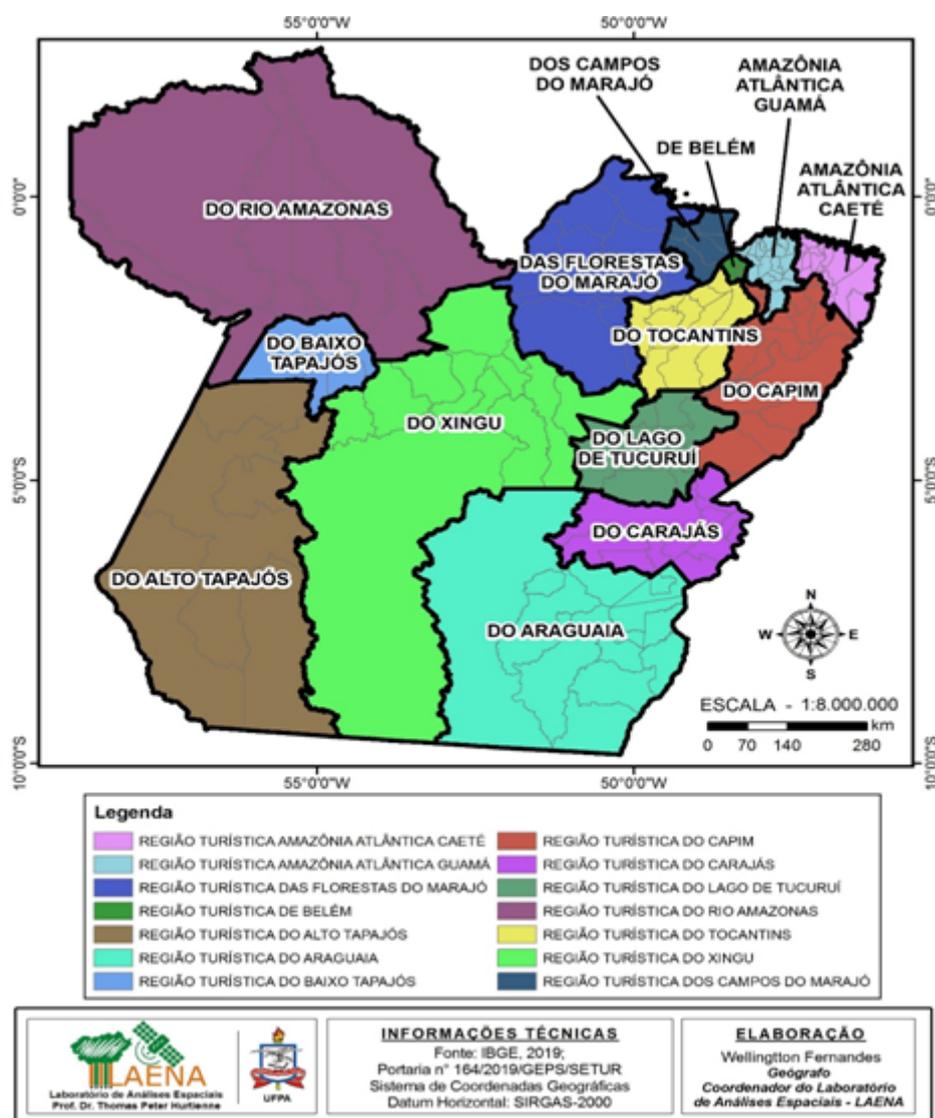
Neste contexto, sob a ótica do planejamento do turismo, o estado do Pará foi dividido em seis Polos Turísticos: Belém, Costa-Atlântica, Marajó, Tapajós, Xingu e Araguaia-Tocantins. E, em 2019, com a nova gestão do Governo do Estado, o planejamento do turismo passou a considerar 14 regiões turísticas (Mapa 1). As quais foram redefinidas com o objetivo de alcançar maior representatividade das regiões com proximidades geográfica, social e econômica. Portanto, o planejamento, que até 2018 se deu com base em seis Polos Turísticos, passou a direcionar suas ações para as 14 regiões turísticas, as quais estão caracterizadas no Mapa 1.

A reordenação do planejamento do turismo no Pará se deu a partir de uma consulta prévia aos representantes dos polos turísticos e dos municípios que os integravam. Nessa consulta foram levantadas todas as demandas, entre as quais, a questão do ordenamento foi apresentada como uma das necessidades prioritárias para o desenvolvimento do turismo no Estado. O que pode ser observado no relato do atual Secretário de Estado de Turismo transcrito a seguir.

Das várias demandas que foram apresentadas pelos municípios [...] a questão da organização do Pará em polos turísticos, todos os participantes desse seminário,

acham que o atual modelo não atendia aos municípios [...]. Diante dessa demanda enviamos ofícios a todos os Polos e seus representantes, pedindo a sugestão de uma nova reordenação dos Municípios em regiões turísticas, seguindo a orientação do Ministério do Turismo. Então os municípios apresentaram isso para gente e a gente tem a certeza que conseguiu atender a todos os municípios dentro de uma nova reordenação [...]. A ideia é que a gente possa agrupar os municípios em regiões menores tanto do ponto de vista geográfico, quanto ao número de municípios e que assim a gente possa a acelerar o processo de desenvolvimento do Turismo Carajás (Informação verbal proferida pela atual Secretário de Turismo do Pará, durante reunião do Fórum de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará -FOMENTUR), no dia 13/05/2019).

Mapa 1: Regiões Turísticas do Estado do Pará



Fonte: Laboratório de Análises Espaciais “Prof. Dr Thomas Hutienne” (LAENA/UFPA), 2020.

Cabe ressaltar que a alteração do ordenamento do turismo no Estado também repercutiu na quantidade dos Fóruns Regionais de Turismo, denominados de Instâncias de Governanças Regionais (IGRs) pelo atual Governo Federal, sob a gestão do presidente Jair Messias Bolsonaro. Até 2018, existiam seis Fóruns Regionais de Turismo no Pará (Quadro 1), representando os seis polos:

Quadro 1- Instância de Governança Regionais no Estado do Pará

Instância de Governança Regionais no Estado do Pará	Ano de Criação
Fórum Regional de Turismo do Polo Marajó (FOREMAR)	2006
Fórum Regional de Turismo do Araguaia-Tocantins (FORUMTURAT)	2006
Fórum Regional de Turismo do Polo Tapajós (FORETUR)	2006
Fórum de Turismo do Polo Amazônia Atlântica (FORTUR)	2007
Fórum Regional de Turismo do Polo Xingu (FORTXINGU)	2007
Fórum Regional de Turismo de Belém (FORBEL)	2013

Fonte: Elaborado por Farias (2020).

No entanto, com o recente reordenamento turístico do Estado, que estabeleceu a divisão do território paraense em 14 regiões turísticas, cada uma delas, de acordo com a determinação do MTUR, deverá ter uma instância de governança que a represente. Nesse contexto, surgem alguns questionamentos: 1) como essas novas instâncias serão denominadas: fórum, conselhos, consórcio, associação? Isto considerando que até 2018, no Pará, eram chamadas Fórum de Turismo do Polo X. 2) O que acontecerá com os Fóruns que foram criados a partir de 2006? Eles serão extintos? Isto uma vez que os polos que eles representavam foram divididos, como por exemplo o polo Marajó que passou a ser representado em duas regiões-Regiões Turísticas Marajó dos Campos e Marajó das Florestas.

No que tange aos anseios da reorganização institucional, com a criação de colegiados, como Fóruns e Conselhos, Figueiredo e Nóbrega (2015, p. 23) afirmam que estes caracterizam-se em redes de governança as quais se referem ao:

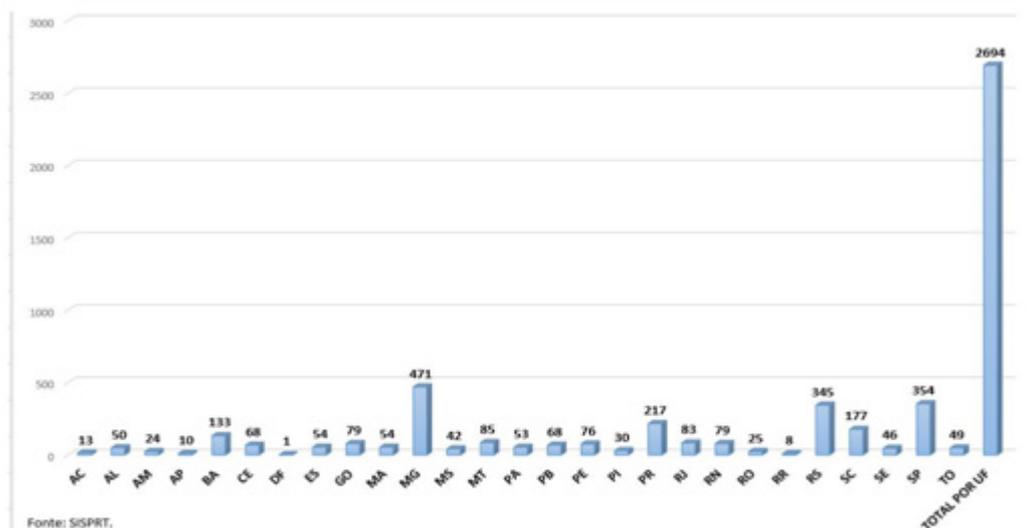
[...] planejamento participativo (que) se estrutura principalmente no estímulo à criação de instâncias locais e regionais como, por exemplo, no formato dos Conselhos Municipais, Fóruns Regionais e Grupos Gestores, cuja finalidade de criação é para subsidiar o processo de gestão no âmbito nacional e estadual.

O fortalecimento do protagonismo da cadeia produtiva do turismo em âmbito regional e local se configurou, portanto, numa possibilidade de incluir, de modo ativo, diferentes agentes no processo de gestão descentralizada das Políticas de Turismo. Isto, uma vez que

O PRT recupera estratégias de planos e dos discursos influenciadores do planejamento estatal a partir da década de 90 como o planejamento integrado e participativo do turismo e, ainda a promoção e apoio à comercialização dos produtos e serviços turísticos. O planejamento participativo se estrutura principalmente no estímulo à criação de instâncias locais e regionais como, por exemplo, no formato dos Conselhos Municipais, Fóruns Regionais e Grupos Gestores, cuja finalidade de criação é para subsidiar o processo de gestão no âmbito nacional e estadual (FIGUEIREDO; NÓBREGA, 2015, p. 23).

Os conselhos têm se apresentado como uma importante inovação institucional, os quais permitem assegurar o aperfeiçoamento da governança e seu papel democrático (AZEVEDO; ANASTASIA, 2002). A criação desses instrumentos no estado do Pará ainda caminha sob contrastes e desafios desde a concepção até a definição de políticas públicas de turismo nos municípios. Na última apresentação do Mapa de Turismo, em 2019, dos 129 municípios paraenses que estavam no Mapa de Turismo em 2017, somente 53 municípios, apresentaram documentos que comprovassem a criação dos Conselhos municipais, um dos requisitos necessários à inclusão no Mapa do Turismo, conforme pode ser observado na Figura 2.

Figura 1: Conselhos Municipais de Turismo por Unidade Federativa



Fonte: SISPRT, Brasil, 2019.

Essas iniciativas de condução das Políticas Públicas de Turismo nos municípios e regiões do Pará ainda têm pouco significado na sua operacionalização. Isto, uma vez que as instâncias de governança são reconhecidas somente como uma maneira de organização da gestão do turismo, tal qual a adequação aos preceitos do PRT. Sem, no entanto, considerar seus verdadeiros objetivos, que se referem à possibilidade de ampliação da participação social e a descentralização das decisões políticas de forma flexível e dinâmica. Além disso, observou-se que, ainda que os Conselhos sejam criados em um processo descentralizado, são presididos por seus gestores, como o secretário de turismo, e isto compromete a descentralização das ações e a condução participativas da sociedade nessa instância, pois os gestores políticos seguem a lógica do que desejam ou não fazer nas políticas públicas.

A descentralização e a efetivação da participação dos diferentes agentes no processo decisório do turismo, não desconsidera a presença do Estado. Assim como não há como desconsiderar a importância de cada instituição representativa da sociedade. Portanto, pensar na rede de relações da atividade turística é, inevitavelmente, pensar sobre multiplicidade de atores, culturas e organizações que se envolvem nessa atividade. Portanto, a partir da perspectiva da Teoria de Redes de Castells (2019), uma sociedade em rede poderá ser maior ou menor conforme os ajustes às práticas de democracia. Essa questão, no entanto, realiza-se numa tríade entre a questão social, a cultural e a organizacional para que a inovação, interação, cultura e poder se alicerçam, na sociedade em rede.

Cabe ao Estado direcionar o seu planejamento no local, como também dar instrumentos legais e infraestrutura para que isso aconteça. Valendo-se dos instrumentos concedidos pelo poder público, as iniciativas privadas fomentam o funcionamento da atividade turística, a partir da prestação dos seus serviços. E a sociedade civil deve, não somente receber o visitante, mas, sobretudo, defender e argumentar que o turismo seja realizado no local de maneira justa e coerente, compreendendo seus anseios e necessidades.

CONCLUSÃO

Os mecanismos utilizados para a participação não findam em estruturas institucionalizadas. Mas se estabelecem, principalmente, a partir da criação de canais interativos que refletem o processo social de representação diversificada. São redes capazes de articular diferentes atores sociais e vocalizar as características locais, valores e ações diante da Política Nacional de Turismo. No que se refere aos instrumentos que têm sido utilizados para ampliar os processos participativos nas políticas de turismo, destaque para a criação dos Conselhos e Fóruns iniciados com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), em 1994, e atualizadas com o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), em 2004.

Com a redefinição das estratégias de implementação do Programa de Regionalização, em 2016, a criação de instância de governança tornou-se uma das necessidades básicas para a inserção dos municípios no Mapa de Regionalização de Turismo. Tal aspecto logo foi evidenciado nas ações da SETUR do Pará, sobretudo com a realização de reuniões com os municípios e os Fóruns Regionais para enfatizar a importância de readequação dos gestores municipais no desenvolvimento do Turismo. Isto tendo em vista que a categorização dos municípios no Mapa de Regionalização passou a subsidiar as decisões de políticas públicas no âmbito nacional.

A funcionalidade de cada uma das instituições sociais permite que o planejamento do turismo seja efetivado e a participação das instituições nesse processo possa ser realizada por diversas vias. Seja pela ampliação de debates públicos, para melhor organizar e planejar a atividade, seja a partir da realização de controle, com cobrança e responsabilização dos agentes políticos que viabilizam os instrumentos necessários para a sua efetivação. Isto é, a proposta de descentralização política do PRT não se encerra com a criação de instâncias de governança nos estados e municípios brasileiros. Mas traz consigo uma reorientação para essa atividade, em que os preceitos da descentralização ampliem as possibilidades de canais organizados para uma melhor comunicação e interação nas tomadas de decisão.

O fortalecimento do protagonismo da cadeia produtiva do turismo em âmbito regional e local se configura, portanto, em uma possibilidade de incluir, de modo ativo, diferentes agentes no processo de gestão descentralizada das Políticas de Turismo. No entanto, o envolvimento dos diversos atores da cadeia produtiva do turismo, de maneira participativa, é uma prática que ainda apresenta distorções. Isto, pois, vivencia-se na sociedade brasileira decisões públicas ainda enraizadas em uma história de práticas extremamente centralizadoras, marcadas por processos de dominação (político-econômico e sociais) e conflitos sociais.

O questionamento a se fazer em relação à proposta de descentralização do governo federal é: em que medida os governos estaduais e locais compreendem a importância de processos participativos no turismo? Sabe-se que existem diversas maneiras de se efetivar um planejamento. O Estado, representado pelo gestor público, tem autonomia para escolher o melhor planejamento para o seu local.

Pode-se optar por um turismo em que as percepções e objetivos são direcionados somente para os pressupostos econômicos, nos quais as relações públicas dão suporte para o mercado efetivar o desenvolvimento no local. Como também, pode-se optar por um planejamento em que o poder público articula e envolve os diferentes agentes de turismo (sociedade civil e empresas) para uma percepção múltipla, na qual não somente os anseios econômicos são vislumbrados. Mas, principalmente, que o fortalecimento das relações sociais e aprendizados sejam considerados, em busca do alcance de melhores resultados no desenvolvimento do turismo.

Considera-se que a implantação de um processo de planejamento e de articulação social não deve findar em instrumentos oficiais para a garantia de privilégios políticos e econômicos. Mas que necessita estar inerente aos anseios da cidadania, nos quais os agentes envolvidos compartilhem as informações e decisões estabelecidas no âmbito das políticas públicas de turismo e sejam capazes de desestruturar os enlacs políticos/partidários envolvidos. De tal modo que os efeitos positivos do turismo se reflitam na melhoria da qualidade de vida da população local como um todo e não apenas de alguns poucos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, F. F. et al. Turismo em foco: globalização e políticas públicas. In: AZEVEDO, F. F. et. al. (Org). *Turismo em foco*. Belém: NAEA/UFPA, 2013. p. 11-27.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Regionalização, sensibilização e mobilização*. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2019a. Disponível em < http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/Cartilha%203_%2032pgs_Institucionalizacao%20da%20Estancia_final2.pdf> Acesso em 20 de Ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Portaria nº 249, de 1º de agosto de 2019*. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2019b. Disponível em < http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/n__249_de_01_de_Agosto_de_2019..pdf> Acesso em 20 de Ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo 2018-2022*. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2018. Disponível em < <http://www.turismo.gov.br/plano-nacional-do-turismo.html>> Acesso em 20 de Ago. 2020.

BRASIL. *Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: resumo executivo*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papiurus, 1996.

CASTELLS, M. A. *O poder da comunicação*. 4º ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

CASTELLS, M. *Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política*. Belém: Imprensa Nacional, 2005.

CASTRO, E. Política de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W; CASTRO, E. VEJMEKKA, M. *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010. p. 105-122.

CARDOSO, G. Sociedade em transição para a sociedade em rede. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs). *A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política. Conferência*. Belém: Imprensa Nacional, 2005.

DINIZ, E. Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma. *Revista do Serviço Público*, v. 47, n. 2, p. 5-21, maio-ago. 1996.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. *Planejamento da pesquisa científica*. São Paulo: Atlas, 2013.

FARIAS, K. S. S. *Governança do turismo na Ilha do Marajó - Pará: uma análise das redes de relações estabelecidas nas políticas públicas de turismo*. 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

FARIAS, K. S. S. Políticas públicas e turismo: avaliação da participação e das instâncias de governança em Abaetetuba (Pará-Brasil). *Turismo & Sociedade*. Curitiba, v. 8, n. 3, p. 575-600, 2015.

FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W. R. M. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, S. L.; AZEVEDO, F. F. de; NÓBREGA, W. R. M. (Org). *Perspectivas contemporânea de análise em turismo*. Belém: NAEA/UFPA, 2015.

FLEURY, S. O desafio da gestão das redes de políticas. In: Congresso internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 7, 2002, Lisboa, Portugal. *Bibliografia eletrônica...* Lisboa: CLAD, 2002. Disponível em: <[http://www. siare.clad.org/fulltext/0043204.pdf](http://www.siare.clad.org/fulltext/0043204.pdf)>. Acesso em: 04 mar. 2017.

GOHN, M. G. Os conselhos municipais e a gestão urbana. In: SANTOS JUNIOR, O. A.; RIBEIRO, L. C. Q.; AZEVEDO, S. (Org). *Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004. p. 57-94.

HABERMAS, J. et al. *A constelação pós nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 11º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

HALL, C. M. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamento*. São Paulo: Contexto, 2001.

JAFARI, J. El turismo como disciplina científica. *Política y Sociedad*, v. 42, n.1, p. 39-56, 2005.

JAFARI, J. La cientifización del turismo. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, Buenos Aires, v. 3, n. 1, p. 7-36, 1994.

JANTSCH, E. Inter and transdisciplinary university: a systems approach to education and innovation. *Policy Sciences*, v. 1, n. 1, p. 403-428, 1970.

MATUS, C. O planejamento é democrático? In: MATUS, C. *Adeus Senhor Presidente*. Recife: Editora Litteris, 1989. p. 154-160.

NASCIMENTO, V. L. Q. **Políticas públicas de turismo na Amazônia brasileira: sua ascensão às agendas do Amazonas e do Pará**. 2015. 415 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

NÓBREGA, W. R. M. *Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, oeste do estado do Pará*, 2012. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2012.

NOGUEIRA, M. A. *Um Estado para uma sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PARÁ (Estado). Secretaria de Estado de Turismo (SETUR). *Regimento interno do Fórum de desenvolvimento turístico do estado do Pará (FOMENTUR/PA)*. Belém: SETUR, 2003.

PINTO, P. M.; SIMONIAN, L. T. L.; MONTEIRO, M. A. El turismo como núcleo de estudio interdisciplinario: [Re]construcción de los procedimientos y adecuaciones metodológicas. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, v. 24, p. 450-469, 2015.

PUTNAM. R. *Comunidade e democracia*. São Paulo: FGV, 1995.

SCHNEIDER, V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. *Revista Civitas*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 29-58, jan.-jun. 2005.